



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 13/2025

1
2
3 Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**,
4 realizada no dia 21 de outubro de 2025, as 9h, no auditório, da Casa de Participação Social, sito a Rua Quinze
5 de novembro, 119 Centro, com a presença de conselheiros, convidados, e da Secretaria Executiva, Sra. Adelma
6 Santos Lima, conforme lista de presença abaixo:
7

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2025

| CONSELHEIROS | REPRESENTATIVIDADE | | |
|--|--------------------|-----------------------|---|
| FILIPE AUGUSTO REZENDE | TITULAR | GOVERNO - SEDS | J |
| WELLINTON CÂNDIDO DA SILVA | SUPLENTE | GOVERNO - SEDS | J |
| MARIA ANUNCIAÇÃO DE JESUS LOURENÇO | TITULAR | GOVERNO - SMS | P |
| RENATA RODRIGUES CORDELLA | SUPLENTE | GOVERNO - SMS | - |
| ANGÉLICA EGLER GRAÇA GOMES | TITULAR | GOVERNO - SEDUC | P |
| WAGNER DE FIGUEIREDO | SUPLENTE | GOVERNO - SEDUC | - |
| CAIO DOS SANTOS DO NASCIMENTO | TITULAR | GOVERNO - SEMES | P |
| ALEXSANDER JOSÉ GUEDES | SUPLENTE | GOVERNO - SEMES | - |
| LEONARDO RODRIGUES DE MORAES | TITULAR | GOVERNO - SECULT | F |
| MARCELO LATTANZI RAMIRES | SUPLENTE | GOVERNO - SECULT | F |
| JESSICA VILAR | TITULAR | GOVERNO - COHAB | - |
| ANTONIO CARLOS DE SOUZA RELVA | SUPLENTE | GOVERNO - COHAB | P |
| ELIZANDRA ALVES DO NASCIMENTO SILVA | TITULAR | GOVERNO - SESEG | P |
| RODRIGO RODRIGUES RUIZ | SUPLENTE | GOVERNO - SESEG | - |
| ITIEL PEREIRA DE ARAÚJO FILHO | TITULAR | GOVERNO - SEFIN | F |
| GILBERTO JOSÉ DE OLIVEIRA | SUPLENTE | GOVERNO - SEFIN | F |
| VERA LUCIA DE OLIVEIRA | TITULAR | GOVERNO - SETUR | P |
| ANA CAROLINA TANI KADER | SUPLENTE | GOVERNO - SETUR | - |
| MATEUS TAVARES BATISTA | TITULAR | GOVERNO - SEMAM | - |
| ALESSANDRO DE BRITO ZUFFO | SUPLENTE | GOVERNO - SEMAM | P |
| DAYSE DA SILVA GONÇALVES | TITULAR | GOVERNO - SEMAM | F |
| DENISE DA SILVA RODRIGUES CUSTÓDIO | SUPLENTE | GOVERNO - SEMAM | F |
| REBECA COFFANI MAHFUZ | TITULAR | GOVERNO - SECC | P |
| AMANNDA KYSLLA TORRES DE LIMA | SUPLENTE | GOVERNO - SECC | - |
| PROVIVER OBRAS SOCIAIS E EDUCACIONAIS | TITULAR | SOC. CIVIL - ENTIDADE | J |
| ASSOCIAÇÃO EQUOTERAPIA – RITA HENRIQUES | SUPLENTE | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |
| PIA SOCIEDADE MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS | TITULAR | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |
| ASILO DE INVÁLIDOS DE SANTOS – CASA DO SOL | SUPLENTE | SOC. CIVIL - ENTIDADE | - |
| CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PROFISSIONAL CAMPS | TITULAR | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

| | | | |
|---|----------|-------------------------|---|
| SOCIEDADE AMIGA DOS POBRES – ALBERGUE NOTURNO | SUPLENTE | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |
| ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTOS APAE | TITULAR | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |
| NAPNE – ASSOSSIAÇÃO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL | SUPLENTE | SOC. CIVIL - ENTIDADE | P |
| KATIA AYRES DOS ANJOS | TITULAR | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | P |
| PAULO CEZAR SIMONI | SUPLENTE | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | P |
| DEYSE FERREIRA DE ANDRADE | TITULAR | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | J |
| SANDRA REGINA AFONSO MENDES PAIS | SUPLENTE | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | P |
| INGRIDY HILARIO | TITULAR | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | P |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | - |
| EDIVANIA SILVA DOS SANTOS | TITULAR | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | P |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL -TRABALHADOR | - |
| FRANCISCO PAULINO DA SILVA | TITULAR | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | P |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | - |
| ALAÍDE MARIA DE OLIVEIRA | TITULAR | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | P |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | - |
| MARIA ANUNCIADA DE ANDRADE | TITULAR | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | F |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | - |
| LIGIA MARIA LEMOS CALDEIRA | TITULAR | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | P |
| VAGO | SUPLENTE | SOC. CIVIL - USUÁRIOS | - |

8 Iniciando a assembleia em segunda chamada às 09h15, Sra. Katia Ayres – Vice Presidente do CMAS, deseja
 9 um bom dia a todos e justifica a ausência do Sr. Filipe – Presidente do CMAS. Convida o Sr. Elias, Secretário
 10 Municipal de Desenvolvimento Social e a conselheira Josenice a compor a mesa. Dando sequência, a vice
 11 presidente inicia a pauta do dia. **Item1- Apreciação e deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária de**
 12 **23 de setembro de 2025.** A vice presidente pergunta se todos receberam a ata e se possuem apontamentos,
 13 não havendo manifestações contrárias, a ata é aprovada sem ressalvas. **Item 2 - Apreciação da Resolução**
 14 **Normativa sobre Benefícios Eventuais. (RN31/2025 CMAS)** A vice Presidente faz a leitura do ofício enviado
 15 ao CMAS, pelo secretário Elias Junior, onde requisita a imediata revogação da resolução em tela. Explica que
 16 essa solicitação passou pela análise de todas as comissões, que tiveram o mesmo encaminhamento de não
 17 revogar a RN 31/2025, colocando o colegiado a disposição para o diálogo com a Secretaria de
 18 Desenvolvimento Social - SEDS. “No dia 15/10/2025, o secretário Elias, entrou em contato comigo e solicitou
 19 participar da reunião, todos concordaram. Essa reunião acontece regularmente todos os meses, estando
 20 presentes os conselheiros Sr. Paulo, Sra. Josenice, Sra. Fernanda, Sr. Wellington, eu e a Sra. Tainara, oficial
 21 administrativa da secretaria executiva”. No momento da reunião, chegou um processo (PA 053917/2025-11),
 22 e o Sr. Elias solicitou análise. O processo tratava-se de consulta do Sr. Elias a Procuradoria Geral do município,
 23 sobre a legalidade da RN 31/2025 CMAS”. A conselheira Josenice faz a leitura do parecer da procuradoria.
 24 Vice presidente explica “como recebemos esse processo, discutimos em diretoria e entendemos acompanhar
 25 o parecer da procuradoria e trouxemos para apreciação por ser uma pauta deliberada e debatida em plenária”.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

26 Solicita manifestação do Sr. Secretário, que após cumprimentar os presentes discorre: *“Especificamente sobre*
27 *esse item da pauta, eu acho que é importante a gente resgatar duas iniciativas, porque o Conselho, de fato,*
28 *diligenciou a gestão para que a gestão apresentasse o plano de benefícios do município. E isso foi feito*
29 *mediante dois processos administrativos que possivelmente estejam aqui. E no trâmite desses processos, não*
30 *houve a devolutiva se nós íamos aumentar, reduzir, remanejar. Qual era o plano? Por quê? Porque esse plano*
31 *estava em vias de ser executado pela gestão. Isso é muito importante a gente posicionar. Porque existem dois*
32 *processos que estavam no gabinete, tramitando internamente na Secretaria, para avaliação de impacto*
33 *orçamentário, para que aí sim a gestão pudesse remeter ao Conselho e este Conselho pudesse aprovar,*
34 *alterar, aconselhar, modificar essa resolução. E esse trâmite, ele não foi cumprido. E segundo a legislação, a*
35 *gestão tem até o mês de dezembro para apresentar esse plano modificativo, um aumento, redução, incremento*
36 *de benefícios eventuais. Então, o que me gerou bastante constrangimento foi receber por parte do Conselho*
37 *a aprovação de uma nova resolução alterando os benefícios eventuais, sem que nós tivéssemos nos*
38 *posicionado acerca dessa resolução. E estando no prazo legal determinado pela lei, porque foi falado em algum*
39 *momento, que estão esperando resposta desde 2023, esse prazo, ele não passa de um ano para o outro. A*
40 *gestão para modificar o seu orçamento, o orçamento ele é feito neste ano e ele é apresentado para ser*
41 *implementado, executado no exercício posterior. Então, essa fala de que estavam esperando desde 2023 pode*
42 *ser uma fala no sentido de que este Conselho entende que nós devemos aprimorar a resolução dos benefícios*
43 *eventuais mediante discussão. E se isso não foi feito em 2023 e não foi executado em 2024, não foi feito em*
44 *2024 e executado em 2025, o prazo legal que esta gestão tem para promover essa alteração é dezembro de*
45 *2025 para que a gente possa incrementar em 2026. Então, quando eu recepcionei a resolução, a publicação*
46 *da resolução, isso me causou bastante estranheza. Eu tenho formação no direito e imediatamente eu officiei a*
47 *Procuradoria e officiei o Conselho Municipal. Por quê? Com a simples análise da não tramitação, o não*
48 *cumprimento desse trâmite passando pelo impacto financeiro, como é que eu aumento um benefício e não*
49 *faço exercício financeiro se o município tem capacidade de pagar o valor que nós estamos sugerindo e*
50 *aprovando? Então, o parecer da Procuradoria vem totalmente de encontro com aquilo que é o meu pensamento*
51 *e eu jamais executaria qualquer aumento ou benefício ou alteração se eu não tivesse o respaldo jurídico da*
52 *Procuradoria. Porque, inclusive, é isso que eu tenho feito desde que assumi a gestão em 1º de janeiro. É*
53 *tramitado todos os processos junto à Procuradoria. A partir do momento que a Procuradoria me sinaliza a*
54 *possibilidade jurídica, a gente executa aquilo que está apreciado pela Procuradoria. Então, hoje, aqui, não se*
55 *trata de discutir benefícios eventuais, porque isso está sendo analisado pela gestão, isso está sendo analisado,*
56 *isso precisa, obrigatoriamente, passar pela Coordenadoria Financeira para a gente analisar o impacto. Porque*
57 *eu não posso, simplesmente, porque, enquanto gestão, eu entendo que aquele valor é apropriado e não*
58 *tramitar em todas as Secretarias, no caso, na Secretaria de Finanças, pela Procuradoria, para que a gente*
59 *tenha uma alteração legislativa e possa, de fato, trazer uma melhoria num programa de benefício como foi*
60 *exposto aqui no parecer da Procuradoria, que vem reforçar o entendimento de que não é possível a gente*
61 *aprovar uma alteração que vai trazer um ônus para o município sem que passe por todos os trâmites legais e*
62 *isso não foi cumprido. E o segundo aspecto, que além disso não ter sido cumprido para que o Conselho*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

63 *pudesse avaliar e aprovar, nós estamos no prazo, porque a gestão tem até dezembro para entregar isso e nós*
64 *temos dois processos que tratam isso e o Conselho tem conhecimento de que esses dois processos estão em*
65 *tramitação, não tem resposta positiva ou negativa para que o Conselho, desta forma, possa aprovar uma*
66 *alteração que gere impacto no orçamento do município. Então, acho que esses são os dois aspectos. Eu já*
67 *conversei exaustivamente com a diretoria do Conselho, me colocando à disposição e me comprometendo a*
68 *apresentar uma proposta via plano municipal de benefícios eventuais. Abri um processo exclusivo na Secretaria*
69 *para tratar essa questão e estou tramitando nas coordenadorias financeiras para que a gente possa, de fato,*
70 *trazer uma alteração que seja possível de execução e implementação. Então, da minha parte, eu quero renovar*
71 *esse compromisso de cumprir esse prazo de apresentação até dezembro e quero registrar que essa resolução*
72 *não tem eficácia nenhuma, ela está acobertada pela ilegalidade e inconstitucionalidade e nós temos que ter o*
73 *compromisso e a responsabilidade de fazer a tramitação e a revogação para cumprir o trâmite legal e buscar*
74 *aquilo que se deseja na melhoria dos benefícios, a possibilidade e todo o trâmite legal para a gente ter uma*
75 *aprovação e para que a gente possa ter conforto, inclusive, na execução dessa aprovação que for tramitada*
76 *entre a gestão e o Conselho Municipal. Então, da minha parte, nesse item essa é a minha contribuição eu sigo*
77 *a disposição como tenho dialogado permanentemente com os diretores aqui do Conselho Municipal de*
78 *Assistência nesse sentido e em outras pautas que estão aí em diálogo com a gestão. Da minha parte é isso,*
79 *queria agradecer a todos pelo tempo, pela paciência de me ouvir". A Sra. Aurora pede a fala." Trabalhei nessa*
80 *Prefeitura por quase 40 anos, hoje aposentada. Sou do Fórum de Trabalhadores, sou também representante*
81 *da vaga de trabalhador no Conselho Estadual de Assistência Social e muito me espanta, que uma lei que foi*
82 *sancionada já há um certo tempo, digamos há dois anos atrás, se demorou tanto tempo para ser regulamentada*
83 *pelo Conselho. Primeiro dizer que o Conselho ele é deliberativo, ele define quais são as competências e as*
84 *políticas para a política de assistência social. Segundo, está baseado numa lei assinada pelo Prefeito, então a*
85 *gente tem que sair daqui lá para o gabinete do Prefeito e dizer o que está acontecendo? Terceiro, a Secretaria,*
86 *eu sei que você é novo na Secretaria, mas assim, a Secretaria tem esse papel, está na lei. Sr. Elias responde*
87 *que o prazo dele é até dezembro. Sra. Aurora continua "Muito bem, vamos aguardar dezembro. Mas essa lei*
88 *não vai ser revogada. Essa resolução não vai ser revogada porque ela está baseada em lei. E lei do nosso*
89 *Prefeito. Nós votamos todos, querendo ou não, nós votamos e ele está eleito para isso. Se o Secretário está*
90 *colocando na fala dele que até dezembro haverá dotação orçamentária, os recursos, o plano, etc. Muito bem,*
91 *mas eu queria lembrar uma coisa. Agora em setembro vai para a Câmara Municipal a aprovação do orçamento.*
92 *Já foi? Foi previsto? Está incluso? Se precisar estar previsto, se não, não vai ser votado. Ou a gente vai ter*
93 *que fazer uma incidência na Câmara também para que aprove uma dotação maior para que seja adequada o*
94 *orçamento para a execução dos benefícios? Esta é uma deliberação do conselho e precisa ser seguida. O*
95 *plano apresentado pelo secretário, tem que estar no orçamento e encaminhar da Secretaria para o Prefeito.*
96 *Se não, gente, bora para a Prefeitura. Vamos lá conversar com o Prefeito. Eu duvido que ele faça alguma coisa*
97 *nesse sentido de não atender a população mais vulnerável". Sra. Ingrid, trabalhadora do CREAS pede a fala.*
98 *Questiona sobre os benefícios que já estão regulamentados e que não estão sendo pagos, ou que estão sendo*
99 *pagos com atraso. Sr. Elias responde que não é esse o item de pauta, e que poderá ser discutido em outro*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

100 momento. E todos os benefícios estão sendo cumpridos. Se tem algum em atraso é uma questão administrativa
101 ou é porque tem erro de dígito de conta. Nesse momento, há varias falas de manifestação dos participantes,
102 trabalhadores e usuários sobre atrasos e falta de resposta por parte da SEDS. Sra. Alessandra, atendida no
103 CREAS, informa que já tentou contato com a SEDS, porem não tem retorno sobre o atraso de seu benefício.
104 A vice presidente fala “Alessandra, com todo o respeito a sua fala, eu também sou trabalhadora da ponta, sou
105 assistente social” Sra. Cristina, trabalhadora do CREAS responde a vice presidente “e que não está nos
106 representando”. A vice presidente continua a fala “A sua opinião, Cristina, a sua opinião é um espaço
107 democrático, ela não fala sobre mim, é a usa opinião. Alessandra, eu gostaria de pedir a você por favor, que a
108 gente possa voltar para a pauta da resolução e até no final, se você quiser ficar para a gente conversar um
109 pouquinho aqui, acredito que o secretário, ou alguém da secretaria, possa conversar com você para entender
110 o seu problema, especificamente”. Sra. Naiara, chefe do CREAS pede a fala, “a gente teve um relatório que
111 não é referente ao auxílio moradia, porque aqui ela já falou que a gente está há pelo menos um ano ou mais
112 tentando sentar com o financeiro para discutir o fluxo e esse fluxo não é cumprido, porque os atrasos são
113 mensais, tá? Então, não está sendo cumprido nem a resolução antiga, porque as pessoas não recebem. Tem
114 pedido parado na SEDS desde julho e até hoje não tivemos resposta. A família foi procurar o Ministerio Público,
115 estando esperando uma resposta. A gente pode voltar para a pauta para discutir a resolução, mas eu acho
116 também importante todo mundo saber que o que já está previsto não está sendo cumprido. Não é uma questão
117 só de dotação orçamentária, tem outras questões aí que precisamos alinhar”. A seguir, a vereadora Débora
118 Camilo toma a fala. *“Eu gostaria de dizer que esse movimento, a vinda do secretário a essa Assembleia
119 acontece justamente por conta do posicionamento do Conselho. E, secretário, eu acredito que se o Conselho
120 tivesse tido essa resposta de que a SEDS estava analisando, provavelmente o Conselho teria aguardado até
121 a iniciativa da secretaria antes de fazer qualquer tipo de publicação. De toda forma, caso essa proposta de
122 orçamento não chegue à Câmara em tempo, o que eu sugiro, gente, é que haja uma mobilização na Câmara.
123 Porque todos os anos, não somente eu, mas outros vereadores, nós encaminhamos emendas para que haja
124 uma alteração no orçamento para 5%. E toda vez a emenda é barrada. Porque, de acordo com o prefeito, não
125 há necessidade de aumento do orçamento. Então, há uma necessidade de que haja uma mobilização até
126 porque, caso haja uma inércia da secretaria, que a gente consiga fazer essa alteração no orçamento. De toda
127 forma, secretário, eu acredito que, apesar da pauta não estar na questão dos Benefícios eventuais, as pessoas
128 estão aqui, pois o que ocorre é justamente essa falta de diálogo. E por mais que você insista em dizer que há
129 o diálogo, eu mesma, em diversas vezes, em diversas audiências públicas, não contei com a sua presença
130 nas audiências públicas. E, sendo assim, a gente não teve a oportunidade de tirar diversas dúvidas. Então, eu
131 acredito que, apesar de não estar na pauta, essa é a oportunidade que as pessoas têm para poder tirar essa
132 dúvida. Então, gente, de toda forma, eu quero parabenizar o Conselho pela iniciativa. Espero que as pessoas
133 entendam qual é o papel do Conselho, que o Conselho não é uma auxiliar do Executivo. O Conselho é
134 autônomo, é deliberativo e é uma forma que a sociedade tem de colocar as demandas. E isso tem que ser
135 respeitado. Isso é importante frisar, tem que ser respeitado. E quem não entender isso precisa entender, porque
136 é assim que essas coisas funcionam. Então, eu quero parabenizar o Conselho. Eu espero de verdade,*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

137 secretário, que isso seja colocado em pauta o quanto antes, que a gente receba isso na Câmara, mas, caso
138 não aconteça, eu já digo que eu vou encaminhar a emenda dos 5% e espero, gente, que no dia da votação
139 vocês estejam lá lotando a casa para a gente forçar os vereadores a aprovarem e, ao mesmo tempo, forçar o
140 Prefeito a não vetar a emenda caso ela seja aprovada. Porque, senão, todos os anos a gente vai ter esse
141 cenário, essa realidade de uma cidade com um orçamento tão grande e que acaba repassando para uma área
142 que é essencial, o mínimo, e a gente já está vendo o que está acontecendo. As coisas não podem chegar da
143 forma que chegaram.” A seguir, a Sra. Patrícia pergunta sobre o reajuste dos benefícios eventuais, se o motivo
144 é por conta do impacto que vai ter nos cofres públicos. O sr. Elias responde “é porquê não foi feito o estudo de
145 impacto. De fato, se a gente tiver um aumento via Câmara, porque o que aumenta o orçamento de uma
146 secretaria, o Executivo encaminha para a Câmara, a Câmara discute e faz ali a sua aprovação. E, de fato, o
147 que o Legislativo vota, esse aumento que é proposto pelo Executivo. Se o Legislativo votar o aumento de 5%
148 do orçamento da nossa secretaria, evidentemente, nós teremos caixa para aumentar os benefícios, para
149 melhorar programas, para fazer modificações estruturantes na nossa secretaria. Então, isso não aconteceu.
150 No entanto, nós estamos no prazo legal. Quando é a votação do orçamento? Ainda não está na pauta, então,
151 nós teremos essa votação. E isso é um impacto positivo, se isso for feito, vai ser um impacto positivo na SEDS,
152 o que daria um conforto para que a SEDS apresentasse, dentro da perspectiva de aprovação, o aumento do
153 seu orçamento público, o aumento dos benefícios eventuais e o planejamento de melhorias dentro da nossa
154 infraestrutura. Mas isso não aconteceu porque vocês já barraram antes. São discussões distintas. Porque para
155 que eu aprove um plano de benefícios, para que eu modifique esse plano, eu preciso internamente, dentro do
156 orçamento já existente, apresentar o impacto dessa alteração orçamentária. Então, é um estudo dentro da
157 própria Secretaria, dentro do orçamento que já foi aprovado o ano passado. Agora, o que a vereadora traz é
158 que está sendo discutido pela Câmara uma possibilidade, e isso é verdade, tanto a vereadora Débora quanto
159 outros vereadores que são dedicados à assistência social lutam há bastante tempo pelo aumento do orçamento
160 público para 5% serem destinados aqui à nossa Secretaria. Isso não ocorreu. Se isso ocorrer, isso dá maior
161 tranquilidade e conforto para a gente aprovar aumento de benefícios. Hoje, o que a gente tem é o orçamento
162 aprovado no ano passado, que está sendo executado, e para que a gente possa promover uma melhoria, e
163 evidentemente eu sou a favor das melhorias, dentro de que elas estejam abarcadas pela legalidade, como foi
164 colocado aqui no parecer. Nós não podemos simplesmente discutir e aumentar o compromisso de um benefício
165 sem que seja feito um estudo de impacto financeiro, sem que isso passe pelas áreas financeiras e que passe
166 também pela procuradoria do município. Evidentemente que se a Câmara faz essa aprovação de aumento do
167 orçamento, dá conforto para que a gestão possa redistribuir esses 5% também no plano de benefícios. A
168 vereadora Debora complementa a fala “a Câmara aprova, como aprovou em anos anteriores. Nos últimos
169 quatro anos, a Câmara tem aprovado. O que acontece é que quando chega no prefeito, ele veta. Então o
170 prefeito é que não permite aumento. Então, quando essa proposta passar na Câmara, é necessário que
171 pressione o prefeito para que ele aprove os 5%. Porque a Câmara pode aprovar, mas se o prefeito vetar, não
172 vai estar incluindo no orçamento e não vai ter orçamento para poder aumentar os trabalhos.” A seguir a Sra.
173 Marcia pede a fala. “Eu sou uma das diretoras do Sindicato Servidores Públicos de Santos, mas hoje estou



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

174 aqui como representante do Conselho Regional de Psicologia, no segmento do Fort SUAS. Eu, ouvindo o
175 secretário, a vereadora, os trabalhadores, e a Patrícia, usuária do serviço, vim aqui para tentar explicar o
176 seguinte. Embora a Secretaria passe a necessidade de um aumento do orçamento para a Câmara, e a Câmara
177 vota e aprova, quem vota é o prefeito. E a Secretaria também passa o montante que o prefeito autorizar para
178 ela. Porque o secretário, e qualquer secretário, não é o secretário Elias, qualquer secretário de qualquer pasta
179 da Prefeitura de Santos, são pessoas indicadas pelo prefeito. São cargos comissionados, portanto, indicados
180 pelo prefeito. O prefeito coloca e retira quando ele bem quiser. Então essas pessoas também têm algum
181 melindre de estar enfrentando a opinião do prefeito. Se a opinião do prefeito é contrária, e o secretário acha
182 que é favorável, o que vai imperar é a opinião do prefeito. Então, como disse a Aurora, a gente precisa fazer a
183 pressão com o prefeito. E não só depois que tiver isso na Câmara, desde já. Porque o prefeito leu a resolução,
184 sabe da necessidade da população, e ele vota. Está suficiente para ele. Então, é ele que tem, exclusivamente,
185 o poder de mudar essa realidade. E ele foi eleito por voto. Então, como disse a Aurora, então é isso, ele foi
186 eleito por voto, e tem que ser cobrado pela população que o elegeu. Então é isso que a gente precisa fazer
187 agora. Cobrar o prefeito da responsabilidade que é dele. Para que quando chegar uma proposta de aumento
188 de orçamento na Câmara, e os vereadores que majoritariamente apoiam o prefeito, porque é isso que a gente
189 tem hoje, vereadores também eleitos pela população. Hoje a Câmara conta com poucos vereadores de
190 oposição ao prefeito. Eles fazem o que o prefeito quer também. Então, a pressão tem que vir do prefeito. E
191 essa resolução que já está pensada e posta pelo conselho, que como disse bem a Aurora e a vereadora
192 Débora, ela precisa virar realidade. E para virar realidade tem que ter aprovação do orçamento, e tem que ser
193 aprovada pelo secretário também. Então o secretário hoje aqui poderia sair com o compromisso, secretário
194 Elias, fazer a parte que cabe à Secretaria de Desenvolvimento Social, de estar fazendo essa pauta na
195 Câmara, conversando com o prefeito, que é muito mais próximo do senhor do que da gente. E está fazendo
196 com que ele aprove e não vete. Essa é a sua missão, e o seu compromisso com a gente agora. A secretaria
197 executiva do CMAS fala: "Como tem muitas pessoas que não costumam participar do Conselho nessa
198 assembleia e eu sei que não é todo mundo que está entendendo o que está acontecendo, eu vou dar uma
199 explicada para que todos possam entender o que está acontecendo, porque eu acho que a discussão não está
200 alcançando todo mundo. A primeira resolução de benefício eventual aqui no município de Santos é a 195/2010.
201 Ela está disponível no Portal dos Conselhos para quem quiser acessar. Nessa resolução de 2010, já estava
202 previsto vários benefícios eventuais que até hoje não são pagos, como auxílio-gás, auxílio-luz, auxílio-água. A
203 penúltima resolução que foi aprovada no Conselho, antes dessa agora, é de 2021. Ela também tinha auxílio-
204 luz, auxílio-água, auxílio-gás, que também não estavam sendo concedidos. Recentemente, faz uns três meses,
205 eu fui chamada na Secretaria de Desenvolvimento Social porque o CREAS mandou um ofício pedindo alguns
206 auxílios. E aí me perguntaram: mas como assim temos que conceder esses benefícios? Isso está certo? Eu
207 falei, está certo. Desde 2010, a SEDS esta regulamentado esses benefícios no município. A lei está vigente e
208 os trabalhadores da SEDS não sabiam, desconheciam que essa lei estava vigente. Então, desde 2010, os
209 benefícios eventuais, mesmo regulamentados não estão sendo concedidos em sua totalidade, então, esse é o
210 primeiro ponto. Santos, como vários municípios, operava os benefícios eventuais somente com uma resolução



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

211 *normativa, porém em 2021, o Estado começou a cobrar os municípios, todos os municípios de sancionamento*
212 *da lei, não só resolução. Assim, a lei municipal foi sancionada em 2023 e a partir da publicação da lei, o*
213 *Conselho tem o compete de normatizar. Então, em 2023, o Conselho deveria ter regulamentado essa lei para*
214 *que ela fosse executada. E aí, passou 2023, a gente não conseguiu regulamentar porque a gente vem*
215 *dialogando com o gestor, e aí foram vários gestores, várias tentativas de fazer junto, porque a gente sabia que*
216 *iria escrever e a gestão iria executar. Então, o ideal é que ele fosse feito com diálogo. E, assim, o Conselho*
217 *desde 2023, foi tentando um diálogo para poder fazer uma resolução que atendesse a população e que a*
218 *gestão pudesse executar. No capítulo 15 da lei diz que as despesas decorrentes da aplicação dessa lei*
219 *correrão a conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social*
220 *suplementada, se necessário, em razão de acréscimo de demanda sustentada por um estudo próprio. Então,*
221 *a minha sugestão, é que essa resolução não seja revogada, porque a resolução antiga já não estava sendo*
222 *executada e, mesmo assim, ela estava vigente, nunca ninguém pediu para cancelar, nunca nenhum gestor*
223 *pediu para cancelar, a procuradoria nunca pediu para cancelar, mesmo ela não sendo executada. E esse ofício,*
224 *que a vice presidente leu no início, foi analisado em todas as comissões. O Conselho é consultivo e deliberativo.*
225 *A reunião da Diretoria Executiva não tem poder de deliberação, deliberação é só Assembleia. E esse ofício,*
226 *enviado pela gestão, foi analisado pelas quatro comissões do Conselho e as quatro comissões foram contrárias*
227 *à revogação da RN se colocando à disposição para o diálogo, seja com a PROJUR, seja com o Prefeito, seja*
228 *com o Secretário, porque a gente está aqui para dialogar. Eu acho que a proposta da Débora de pedir 5% é*
229 *louvável, mas não vai passar. A gente sabe que todo ano ela pede e nunca consegue. Mas eu acho que essa*
230 *ideia de a gente pressionar quem tem que ser pressionado, é o melhor caminho. Então, a minha sugestão*
231 *enquanto técnica do Conselho é que a gente não faça a revogação, mas que sim a gente saia daqui lutando*
232 *para que o Prefeito garanta que a execução seja implementada para o ano que vem. Sra. Aurora solicita*
233 *encaminhamento da mesa, que conforme manifestação da plenária, que não seja revogada a resolução. Vice*
234 *presidente toma a palavra: Como existe um impasse aqui, porque na diretoria o que nós conversamos foi de*
235 *trazer a informação da PROJUR, por entender, enquanto colegiado do CMAS, não ter competência para*
236 *rebater a uma decisão da procuradoria do município, trazer para vocês, com toda a transparência que um*
237 *colegiado deve ter junto a um conselho, que é um espaço de participação e de decisão coletiva. Então, qual é*
238 *o encaminhamento da diretoria? é que a gente coloque em votação a manutenção ou a revogação. Isso foi o*
239 *que nós conversamos e decidimos na diretoria, que é parte do processo de funcionamento do Conselho*
240 *Municipal. Secretária executiva orienta que não está na pauta votação de revogação da RN, conforme*
241 *solicitação da própria diretoria executiva. O conselheiro Paulo, membro da diretoria executiva, toma a palavra.*
242 *“Como foi falado, nós tivemos a reunião da diretoria executiva, onde eu tive uma fala muito breve, e vou lê-la*
243 *agora para vocês. A administração pública não pode retroagir contra direitos já postos. E aí, nós vamos levar*
244 *para a plenária, por quê? Foi aqui que houve 100% de aprovação da resolução, ninguém votou contra. Então,*
245 *eu, na reunião que nós tivemos, eu não entendia que poderia ser feito na forma que estava sendo acordado.*
246 *Nós vamos votar? Não vamos votar? Mas eu quero que todos possam entender. Nós não podemos retroagir.*
247 *O secretário está falando que vai ter um impacto? Eu acredito que sim, porém, podemos negociar, como é que*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

248 a gente faz? Mas eu peço a todos, se retroagir, é perda, já perdemos bastante”. Secretário Elias, fala “Não é
249 retroagir, é revogar, com o compromisso de apresentar o plano ao conselho em dezembro”. A vice-presidente
250 informa, que será votado e chama nominalmente os conselheiros presentes para se apresentarem e ficarem
251 em pé diante da assembleia. Os participantes manifestam contrariedade, uma vez que não estava previsto
252 votação na pauta. A conselheira Josenice informa que não terá votação para cancelamento da resolução, que
253 será somente apreciado e em novembro será votado. O sr. Elias informa que será apresentado o plano,
254 conforme a lei em dezembro. A vereadora Débora informa que se ele esperar até dezembro, não será possível
255 entrar na votação na câmara para entrar no orçamento de 2026. A secretaria executiva explica que, conforme
256 a Lei nº4.292, a regulação da lei não está vinculada ao plano, ainda, que o CMAS nunca, em nenhum ano
257 recebeu plano de benefício eventual. Sendo que desde 2023 o CMAS tem solicitado a construção em conjunto
258 com a SEDS, porém, desde que o sr. Elias assumiu a pasta, não houve mais diálogo com a SEDS sobre o
259 assunto. Sr. Elias toma a fala, “o que foi apresentado aqui é que a resolução, sem o cumprimento do trâmite
260 legal, sem o cumprimento do impacto financeiro pela Secretaria, ela é ilegal, inconstitucional, logo ela não será
261 aplicada se ela não percorrer esse trâmite legal. Meu compromisso é cumprir a lei. A lei determina e autoriza
262 que a gestão apresente o plano de benefícios em dezembro, até dezembro. Isso está sendo feito. Se o
263 Conselho não observou o trâmite do processo que está circulando dentro da gestão para a apresentação desse
264 plano e tomou essa decisão de aumento dos benefícios, esse aumento não será executado nem de imediato,
265 nem no próximo exercício, porque ele não observou o impacto financeiro. Isso não sou eu que estou colocando,
266 não. Isso é o que a Procuradoria já atestou como uma norma ilegal, inconstitucional. É ilegal e inconstitucional
267 porque não cumpriu o trâmite legal determinado pela lei”. A sr. Marcia fala que se no parecer diz que tiver o
268 orçamento não há problema nenhum, cabendo ao gestor buscar os recursos. Os participantes questionam se
269 a gestão irá buscar os recursos necessários. O sr. Elias responde que o compromisso dele é apresentar o
270 plano de benefícios eventuais em dezembro e informa que aumento de recurso passa pela aprovação da
271 câmara, “não está pautado ainda. Vocês podem acompanhar e também percorrer os gabinetes da Câmara”.
272 Vice presidente tenta passar para o próximo item de pauta. Os participantes questionam qual foi o
273 encaminhamento da pauta anterior e se a resolução atual será cumprida. O sr. Elias informa que ela é ilegal e
274 não será cumprida. Após grande tumulto, a reunião é encerrada pela mesa. Os participantes manifestam
275 grande indignação com os membros da mesa pela condução dos trabalhos. Em seguida, a reunião é reiniciada.
276 A secretaria executiva explica que a resolução de 2025 não será cancelada e que o assunto será discutido nas
277 comissões temáticas. **Item 3. Apreciação e deliberação do Plano de aplicação de recurso de Emenda**
278 **Federal: Lar Espírita Mensageiros da Luz Assistência à Paralisia Cerebral e Conselho Central de Santos**
279 **da Sociedade São Vicente de Paulo.** A secretaria executiva explica que são emendas indicadas em 2024,
280 sendo os planos de aplicação analisados pela comissão de finança, que foi favorável à aprovação. A do
281 Mensageiros é no valor de R\$150.000,00 e será utilizada para compra de alimentos e pagamento de energia
282 elétrica. A do São Vicente de Paulo, é no valor de R\$100.00,00 e será utilizada para pagamento de energia,
283 água, gás, combustível, material de limpeza e escritório. A pauta é colocada para deliberação, sendo aprovada
284 em unanimidade. **Item 4 - Apreciação e deliberação dos recursos estaduais extraordinários e**



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

285 **emergenciais para situações de calamidade.** Vice presidente informa que o Estado enviou R\$379.000,00 e
286 cada família receberá uma parcela única no valor de R\$1.150,00 e R\$70.000,00 será utilizado para aquisição
287 de 400 cesta de alimentos para distribuição as mesmas famílias, vítimas do incêndio. A pauta é colocada para
288 deliberação, sendo aprovada em unanimidade. **Item 05 - Composição da Comissão Eleitoral da Gestão**
289 **CMAS 2026/2027.** A vice-presidente explica que precisa de 5 pessoas para participar da comissão, explica as
290 competências da comissão e avisa que a conselheira Fernanda não está presente, mas já manifestou interesse
291 em particular. A comissão é formada pelos seguintes membros: Katia, Fernanda, Aurora, Adelma, Tainara,
292 Alaide, Paulo, Dulcineia. A secretaria executiva faz fala de sensibilização aos trabalhadores e usuários para
293 participação no CMAS. **Item 6 - Comitê Gestor Intersectorial para o Desenvolvimento Integral da Primeira**
294 **Infância - representantes.** Vice presidente discorre que há algum tempo, temos anunciado que precisamos
295 de um representante. Há pouco tempo, uma conselheira que nos deixou, ela tinha assumido a responsabilidade
296 por representar o conselho. É um comitê que tem representantes de todas as secretarias e discute as políticas
297 públicas para a primeira infância. As reuniões normalmente acontecem no período da tarde. Pergunta se algum
298 conselheiro teria interesse, como não houve manifestações, se coloca à disposição para representar o CMAS
299 no comitê. **Item 7 - Informes do CMAS:** O conselheiro Paulo faz o relato da Comissão de Política de
300 Assistência Social. *“Eu, como coordenador da comissão, solicito que vocês possam vir fazer parte dessa*
301 *comissão. Na comissão de política, nós temos hoje apenas três pessoas, então, nós estamos precisando da*
302 *mão da obra de vocês. Essa comissão, nesse mês que passou, se reuniu duas vezes para análise das*
303 *solicitações de inscrição e revalidação. Então, preciso que vocês possam vir fazer parte do conselho. Quando*
304 *vocês entregam o plano, vamos analisando de acordo com a data de entrega no CMAS. Então, se você deixou*
305 *para entregar no último dia ainda será analisado, nós temos um período até dezembro para que possa ser feita*
306 *a avaliação, mas tenha certeza que todas as avaliações serão feitas dentro do prazo”.* A conselheira Josenice
307 relata a Comissão de Finanças discutiu os itens 3 e 4 da pauta. Vice presidente solicita que a secretaria
308 executiva faça o relato da comissão de instancia. Sra. Adelma informa que como em todas as comissões foi
309 discutido o ofício enviado pelo secretário sobre o benefício eventual. Colocamos todas as análises das
310 comissões por escrito na folha cota do processo, sendo todas as comissões não favoráveis à revogação da
311 resolução e abertura para diálogo com o gestor. Foi discutido sobre a cartilha do Programa Bolsa Família que
312 está sendo elaborada e também sobre um ofício que enviamos a SEDS, solicitando alguns dados para que
313 possamos fazer um planejamento da comissão para o ano de 2026. Continua com o relato da Comissão de
314 Legislação, que está sem coordenador. A coordenadora era a Márcia Barros. Após a última assembleia, ela
315 comunicou o afastamento do conselho. Foi discutido também o ofício do secretário, solicitando a revogação
316 imediata da RN de Benefícios eventuais. A análise em todas as comissões foi igual, não revogação, diálogo
317 com o gestor. A seguir o conselheiro Paulo faz o relato da reunião do Conselho Municipal de Políticas sobre
318 Drogas. *“A reunião foi no dia 13/10, foi feita a votação para composição de cargos. O presidente é o Sr. Heitor*
319 *Pasquim. A vaga de vice presidente ficou vaga porque não teve interessados. O Sr. Werner Brito, ficou*
320 *provisoriamente, até que possa haver uma outra reunião, uma outra assembleia do conselho para que se possa*
321 *escolher o vice-presidente. O primeiro secretário permaneceu o Sr. Jorge e a segunda secretária é a Sra. Ilka*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

322 *Abdelmalack*. A seguir a vice presidente passa para o **Item 8 - Apreciação e deliberação de Revalidação**
323 **de inscrição das organizações sociais**. O coordenador Paulo chama os representantes das entidades para
324 falar sobre as ofertas executadas e após algumas perguntas da plenária, as revalidações são aprovadas em
325 unanimidade: Associação Comunidade de Mãos Dadas – ACMD; Casa do Paraplégico de Santos; Conselho
326 Central de Santos da Sociedade São Vicente de Paulo; Educandário Santista; Fundação SETTAPORT de
327 Responsabilidade Social e Integração Porto Cidade; Instituto Elos Brasil; Lar das Moças Cegas; A seguir a vice
328 presidente, retoma para os relatos. Relato da Conferência Estadual Regionalizada. Os delegados eleitos que
329 participaram foram Ingrid, Maurin, Wellington, Samara e Adema, sendo dois representantes do poder público e
330 três da sociedade civil. Foram dois dias de discussões de deliberações na cidade de Pindamonhangaba. No
331 município de Santos, conseguimos eleger dois delegados para ir para etapa nacional. A delegada Ingridy
332 informa que levou uma moção, mostrando a importância do Programa da Nota Fiscal Paulista para as
333 entidades, não só de assistência, mas como esporte e cultura. *“Teremos a reforma tributária que vai afetar*
334 *muito esse programa de cidadania fiscal, assim levamos essa moção para a Estadual e foi aprovada. Essa*
335 *moção vai ser indicada para a Conferência Nacional, que vai acontecer em dezembro em Brasília”*. **Item 9 -**
336 **Apreciação e deliberação de indeferimento de solicitação de revalidação de oferta das Organizações**
337 **Sociais: Associação de Assistência Social Evolução e Centro de Convivência Esperança e Vida – CCEV.**
338 A vice presidente fala que toda OSC que pedem inscrição no Conselho, a Comissão de Política faz a análise
339 da solicitação, do plano de trabalho, para ver se está de acordo com aquilo que diz a normativa vigente da
340 política de assistência social. No caso especificamente, a Comissão avaliou que não é um serviço, nem uma
341 oferta da assistência social. Por isso a gente colocou como pauta aqui o cancelamento, lembrando que no ano
342 que vem, a qualquer tempo, a entidade pode reformular seu plano e solicitar nova inscrição. Chama o
343 conselheiro Paulo para fala. Conselheiro Paulo, “nós chamamos os representantes da organização CCEV e
344 em reunião eles entenderam que o público deles não é referente à assistência, e sim à educação. Foi explicado
345 exatamente o que eles precisavam fazer para que pudessem solicitar para o próximo ano o registro, e eles
346 concordaram. A OSC Evolução foi também orientada. As duas entidades foram orientadas nos últimos dois
347 anos a respeito da oferta executada. Assim, foi indicado os indeferimentos das duas solicitações. A pauta é
348 colocada para deliberação, sendo aprovada. **Item 10 – Informe do Gestor**. A vice-presidente informa que
349 sobre as moções da conferência, que não foram publicadas no diário oficial do município, e o CMAS enviou
350 ofício ao secretário questionando o motivo, o ofício foi respondido, onde diz *“as moções já estão publicadas no*
351 *site da prefeitura de fácil acesso a qualquer pessoa que queira lê-las”* (Portal dos Conselhos). Outro ofício que
352 foi respondido pela SEDS é referente ao relatório de fiscalização das unidades do CREAS ZL e abrigo
353 emergencial. Resposta do secretário “Em atenção à fiscalização realizada por este conselho, informamos que
354 foi constituída uma comissão composta por representantes indicados pelos trabalhadores do CREAS com a
355 finalidade de acompanhar as visitas aos imóveis disponibilizados pela municipalidade, avaliando a viabilidade
356 de instalação do serviço em novo endereço. Asseguramos que o imóvel a ser selecionado atenderá
357 integralmente às orientações e normativas estabelecidas pelo SUAS, contemplando os requisitos de
358 acessibilidade, segurança, higiene, infraestrutura adequada e condições operacionais compatíveis com a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

359 execução dos serviços. Informamos ainda que o Centro Dia encontra em fase final de reforma, *“na verdade,*
360 *agora já está funcionando”*, visando o início das atividades. O abrigo emergencial também está passando por
361 reformas para atender adequadamente às exigências para execução de serviço. No que se refere ao
362 questionamento sobre recursos humanos, esclarecemos que a regularização da chefia de serviço está
363 vinculada à finalidade do processo administrativo junto à Secretaria de Gestão, visando a criação do respectivo
364 centro de custo, o que permitirá a viabilização do cargo. Sra. Juliana, trabalhadora do CREAS verbaliza que
365 os trabalhadores não tem conhecimento sobre o novo processo sobre o assunto. Sr. Elias responde *“Com*
366 *relação ao CREAS, o processo anterior foi arquivado, porque o processo era relacionado a um imóvel*
367 *específico. Tivemos que abrir um novo processo, quando é escolhido um novo imóvel para que ele tenha*
368 *tramitação de avaliação, enfim, percorra também todos os departamentos da prefeitura. Eu vou passar para*
369 *vocês o número do processo, a gente formaliza para vocês por e-mail, para vocês acompanharem o trâmite.*
370 O secretário Elias, continua com a palavra, com informes do gestor. Informa sobre a mudança do CRAS Nova
371 Cintra ocorrerá nos próximos dias. Também sobre a mudança do SEACOLHECA, que já está sendo executado
372 na casa nova. Também tem a perspectiva de mudança do CRAS Bom Retiro, o CRAS São Manuel e o CREAS
373 ZL. Informou também que a SEDS aprovou a participação de salvo engano, quase 40 trabalhadores para
374 participar do CONGEMAS em Brasília, todas as chefias foram convidadas. *“Com relação aos benefícios das*
375 *usuárias que estão aqui, a gente mensalmente tem, sim, casos de atraso, dois, três, quatro beneficiários. A*
376 *gente paga centenas de benefícios e a gente tem ali uma intercorrência de quatro, cinco, seis, no máximo. E*
377 *essas intercorrências ocorrem, mas elas não ocorrem por culpa de ninguém. Elas ocorrem por informação*
378 *equivocada, por tramitação atrasada. Nós pagamos centenas de benefícios e mensalmente ocorrem três,*
379 *quatro e, eventualmente, um número maior. Nunca acima de dez beneficiários têm atraso nos seus benefícios.*
380 *Se o dígito da conta estiver errado, o pagamento vai voltar.* Os participantes manifestam indignação com
381 relação a fala do secretário, uma vez que são recorrentes os atrasos e a falta de transparência nos processos.
382 Onde os próprios trabalhadores da SEDS informam que os processos ficam parados por semanas na mesa do
383 secretário. A trabalhadora Naiara verbaliza *“que não se trata de intercorrência, se trata de violência institucional*
384 *que está acontecendo com essas famílias”*. Por fim, o secretário fala que aprovou o benefício eventual e
385 emergencial do primeiro incêndio, sendo creditado na conta de cada beneficiário, de cada família atingida, as
386 329, salvo engano, já tiveram creditado esse benefício. E agora, mediante a aprovação que foi relatada aqui,
387 260 famílias terão também esse benefício de R\$ 1.150,00 creditados no seu CPF, direto no Banco do Brasil.
388 **Item 11 - Assuntos gerais.** A vice-presidente informa que a secretária executiva Sra. Adelma pediu para fazer
389 a leitura de um texto. Sra. Adelma informa que na verdade, era para constar de relato da Secretaria Executiva,
390 mas a vice presidente solicitou que fosse feita somente nos assuntos gerais. *“Eu vou ler, gente, porque eu*
391 *estou um pouco nervosa, então achei melhor eu fazer a leitura, então eu escrevi um texto. Eu estou no CMAS*
392 *desde junho de 2022. Em 15/10, quarta-feira passada, teve diretoria executiva na parte da manhã. Eu estava*
393 *indo para Pindamonhangaba representar o município na Conferência Estadual Regionalizada quando a*
394 *Tainara, a Tainara é oficial administrativa do CMAS, quando a Tainara me aciona, pois no momento estou na*
395 *seção como chefia, informando que recebeu um e-mail do gabinete às 15h51, solicitando envio da ata*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

396 *impreterivelmente até as 17h. Eu, enquanto chefe da unidade, realizei a orientação à Tainara que não era*
397 *possível o envio, uma vez que as atas das reuniões após serem feitas, devem ser aprovadas pelos conselheiros*
398 *e só assim ela poderia publicizar ao gestor ou qualquer interessado. Além do mais, a reunião teve mais de 3*
399 *horas de duração, não sendo possível ouvir 3 horas de áudio, escrever e aprovar no mesmo dia. Na quinta-*
400 *feira, dia 16, pela manhã, a Tainara é chamada no gabinete para uma conversa com o senhor secretário, onde*
401 *estavam presentes Adriana Fraga, Cláudia Campos, coordenadora da COGESUAS e nossa coordenação, e*
402 *Kátia Ayres, vice-presidente do Conselho e representante dos trabalhadores. Foi questionada do porquê ainda*
403 *não havia enviada a ata, ao qual explicou os procedimentos do CMAS, e que não poderia mandar a ata sem*
404 *aprovação dos conselheiros. Tampouco conseguiria fazer a ata em tão pouco tempo, pois foram mais de 3*
405 *horas de reunião. O senhor secretário não aceitou, falou que não era para conter as falas de cada um, que*
406 *deveria ter no máximo duas laudas e que queria a ata naquele dia. Tainara, então, tentou explicar que não era*
407 *subordinada à gestão e sim ao colegiado, conforme a resolução nº 100 do CNAS de 2023. Texto da resolução.*
408 *Artigo 18. Os conselhos de assistência social deverão ter uma secretária executiva vinculada ao conselho*
409 *diretamente subordinada à presidência e ao colegiado para dar suporte ao movimento de suas competências.*
410 *Mesmo assim, não foi possível o entendimento do secretário. Assim, a Tainara fez a ata conforme ele*
411 *determinou, colocando prazo para os conselheiros mandarem eventuais correções da maneira que ele*
412 *solicitou, sem as falas dos presentes, e encaminhou para ele e para a diretoria até às 17h, conforme solicitado.*
413 *Importante ressaltar que o conselheiro Paulo, da diretoria executiva e a conselheira Kátia solicitaram correções*
414 *e a conselheira Fernanda, na sexta-feira, após o prazo definido, informou que nem conseguiu ler, no pouco*
415 *tempo que foi disponibilizado. Assim, a ata foi publicizada para fora do Conselho, sem as devidas correções e*
416 *aprovação da diretoria completa. Isso posto, o que trago aqui é a mudança dos fluxos e ritos dos conselhos.*
417 *Uma vez que o gestor entende que a secretaria executiva é vinculada à gestão e subordinada a ele e não ao*
418 *colegiado. Ainda, Tainara foi questionada a respeito de divulgar o áudio da reunião ao FORT SUAS e a*
419 *vereadora Débora, ao qual negou e assim, o secretário supôs que ela me passou o áudio e eu divulguei. Aponto*
420 *que a divulgação não foi feita por esta secretaria executiva e que a gravação de áudio já ocorreu em outras*
421 *reuniões, avisando todos os presentes que estariam sendo gravados e apenas para elaboração de ata. Nessa*
422 *ocasião quis saber quais são os competes da secretária executiva e se posicionou para que a minha chefia*
423 *seja tirada e que seja verificado se eu quero trabalhar em outro local, conforme conversa realizada ontem com*
424 *a minha coordenadora Claudia e com a Tainara. Assim, quero informar a assembleia que se eu sofrer assédio*
425 *e represálias, por discordar do gestor, ao buscar garantir a soberania do conselho, que é vinculado a SEDS*
426 *mas não subordinado a SEDS, irei procurar o CRESS, Sindicato, o CONSEAS e CNAS". Sra. Aurora pede a*
427 *palavra, para reafirmar que a secretaria executiva é subordinada ao colegiado e enquanto servidores públicos*
428 *temos uma conduta, uma ética, um respeito ao gestor, mas que é preciso olhar para as situações de assedio*
429 *moral. Devendo ser olhada pela diretoria executiva do CMAS. Afirma que nenhum assedio contra qualquer*
430 *servidor que esteja desempenhando suas funções será aceito. A trabalhadora Cleonice pede que conste em*
431 *ata que o chefe do CREAS Leonel também sofreu assédio, por parte do secretário Elias. O assunto foi levado*
432 *para uma reunião geral no CREAS, onde os trabalhadores foram informados da solicitação do secretário de*



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94 - Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 - Alterada pela Lei nº 2344/2005 - Alterada pela Lei nº. 2781/2011 -Alterada pela Lei nº 3.612/2019 - Alterada pela Lei nº 4.053/2022.

433 *retirar o Leonel da chefia, por conta das mobilizações para mudança de imóvel*". Sr. Wagner representante do
434 *sindicato dos trabalhadores, toma a palavra. "Primeiro minha solidariedade com quem esta nessa situação e*
435 *lembrando que ela faz parte de um direcionamento dessa gestão de resolver as coisas no corredor, com*
436 *ameaças, do que tratar as coisas da forma de deveria tratar, tratar dos benefícios eventuais, que poderia crédito*
437 *suplementar, constar na LDO, manutenção predial, RH que não se supera, supervisão, educação permanente,*
438 *e isso tudo minimamente começa um assédio institucional, porque depois somos avaliados, mas olha as*
439 *condições de trabalho que dão pra gente. Então cabe a nós, trabalhadores, o que vamos fazer diante disso e*
440 *hoje está sendo um dia importante porque temos falas de usuários, trabalhadores e representante do*
441 *legislativo, mas temos que nos reunir para pensar em como vamos lidar com as situações que constroem*
442 *os trabalhadores. Então já fica a sugestão para pensar em espaços, para pensar essas pautas, para que*
443 *nenhum trabalhador sofra e nenhum usuário deixe de ser atendido*". A vereadora Débora Camilo toma a fala.
444 *"Primeiro quero me solidarizar com as trabalhadoras, dizer que é inadmissível a gente chegar a esse ponto em*
445 *que há todo um desgaste no trabalho, é uma triste realidade, temos recebido, sr. Secretário, diversas denúncias*
446 *de assédio, essa não é a primeira, temos relatado através de requerimentos, houve uma ação no MP, que não*
447 *houve quantidade de provas suficientes, mas eu penso que a gente já chegou ao limite, não dá pra ficar*
448 *aguardando que as pessoas adoecem, ou que não tenham mais condições de fazer o seu trabalho. É*
449 *inadmissível pensar que estamos numa cidade como Santos, em que os trabalhadores fazem um trabalho de*
450 *excelência, eu falo isso com tranquilidade, porque eu já acompanho o trabalho da assistência social a muito*
451 *tempo, e eles se vejam impedidos de realizar esse trabalho, não só por conta de falta de condições, poque*
452 *isso nunca foi impeditivo para que fizessem o trabalho porque mesmo com falta de condições fazem. Agora*
453 *não da pra gente aceitar assédio moral ao ponto de pessoas adoecerem e não terem condições de exercer*
454 *seu trabalho. Como foi dito pelo Wagner, estão falando de pessoas que não conseguem desenvolver o seu*
455 *trabalho e usuários que não conseguem acessar o serviço. É preciso repensar secretário a forma de gestão, é*
456 *preciso repensar a forma de dialogar e isso não é novo, eu lembro que a primeira denúncia que recebi em*
457 *relação ao senhor foi com 15 dias do inicio da sua gestão, então isso já é reiterado, então eu falo isso com*
458 *tranquilidade porque já tive oportunidade de falar isso em sessão, já tive oportunidade de falar isso ao próprio*
459 *prefeito, então isso não é novidade. Quero parabenizar vocês que tiveram coragem de expor o que está*
460 *acontecendo e dizer que coloco o gabinete a disposição como sempre esteve, acho que não da pra que isso*
461 *realmente permaneça. Estou feliz de ver o sindicato aqui a disposição e que a gente faça com que essas*
462 *denuncias reverberem e que a gente tenha solução, a melhor solução, principalmente para o servidor e para*
463 *as pessoas que estão sendo assistidas*". Vice presidente pergunta se mais alguém gostaria de falar. Sem mais
464 assuntos, a reunião é encerrada as 11h59.